



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2014
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMPRESENCIAL
-------------	---------------

UNIDADE CORREICIONADA:	3ª VARA DO TRABALHO DE RIO VERDE
------------------------	----------------------------------

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/10/2013 a 30/09/2014
------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA
-------------	---

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Marina Sabino Coutinho	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento (1)	2.236
2	Processos solucionados (1)	2.618
3	Produção	117%
4	Processos pendentes de solução, incluídas as sentenças anuladas, em 30/09/2013	1.121
5	Execuções remanescentes, incluídos os processos em Arquivo Provisório, em 30/09/2013	31
6	Execuções iniciadas no período de 01/10/2013 a 30/09/2014	496
7	Execuções encerradas no período de 01/10/2013 a 30/09/2014	3
8	Total das execuções em trâmite em 30/09/2014	335
9	Execuções no arquivo provisório em 30/09/2014	14

10	Número de processos recebidos no período correicionado anterior (2)	0
11	Número de processos recebidos neste período correicionado (1)	2.236
12	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%) (2)	-
13	Número de processos na fase de execução em 30/09/2013	31
14	Número de processos na fase de execução em 30/09/2014	335
15	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%) (2)	980,65%

OBS 1.: Foram apurados os dados estatísticos disponíveis no sistema E-Gestão na data do encerramento da Correição, referentes ao período correicionado (últimos 12 meses).

OBS 2.: A Unidade Correicionada foi instalada em 23 de novembro de 2012, razão pela qual os dados não foram informados.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	VALÉRIA CRISTINA DE SOUSA SILVA ELIAS RAMOS
Juiz Auxiliar	MARCELA CARDOSO SCHUTZ DE ARAÚJO
Juiz Substituto	

2.2 – Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo	X	X	X	X	X

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
--	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	X	

2.4.2 – Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		X

2.4.3 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	120
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	238

2.4.4 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	61
Ordinário	123

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	110
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	2
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	44
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	1

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	74
---	----

2.6.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	17
Ordinário	11

2.6.3 – Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar (se houver)	-	-
Juiz Substituto (se houver)	-	-

2.6.4 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	5
---	---

2.6.5 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	18
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	3

2.6.6 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
RTOrd 0010985-33.2013.5.18.0103	22/10/14 10:30	28	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0011016-53.2013.5.18.0103	18/06/14 18:12	153	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0011221-82.2013.5.18.0103	16/10/14 11:04	34	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0011331-81.2013.5.18.0103	29/10/14 16:35	20	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0011344-80.2013.5.18.0103	23/10/14 14:14	26	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTSum 0011529-21.2013.5.18.0103	16/10/14 08:23	34	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0011663-48.2013.5.18.0103	22/10/14 10:29	28	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0012028-05.2013.5.18.0103	16/10/14 08:25	34	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0012259-32.2013.5.18.0103	15/10/14 08:15	35	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0012435-11.2013.5.18.0103	15/10/14 08:16	35	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0012436-93.2013.5.18.0103	24/10/14 14:58	25	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0012839-62.2013.5.18.0103	29/10/14 16:39	20	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTSum 0010276-61.2014.5.18.0103	22/10/14 10:31	28	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
ConPag 0010783-22.2014.5.18.0103	30/10/14 14:01	19	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTSum 0010794-51.2014.5.18.0103	16/10/14 11:04	34	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0010813-57.2014.5.18.0103	16/10/14 08:24	34	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTSum 0010815-27.2014.5.18.0103	16/10/14 11:05	34	ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR
RTOrd 0010364-02.2014.5.18.0103	21/10/14 10:45	29	MARCELO ALVES GOMES
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			18

2.7 – Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	132
Ordinário	183

2.8 – Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?		X
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	42%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	37%	

2.9 – Taxa de congestionamento do período correicionado

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	27%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	22%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	71%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	97%

3 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 – Estrutura da Secretaria****3.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
SILVIO OLIVEIRA DOS ANJOS	DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3	EFETIVO
ANNA ROBERTHA SOUZA CAVALCANTI	ASSISTENTE DE JUIZ FC-5	EFETIVO
ARIADNE ANGOTTI FERREIRA		EFETIVO
CRISTINA VELLO	ASSISTENTE FC-2	EFETIVO
ERIK CÂNDIDO CZEREWUTA	ASSISTENTE DE JUIZ FC-5	EFETIVO
GABRIELA RABELO BANDEIRA	SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIAS FC-3	EFETIVO
IVANI SANTOS CORDEIRO		ESTAGIÁRIO (DIREITO)
JÉSSICA ARANTES CAMPOS		ESTAGIÁRIO (DIREITO)
JOSÉ ROBERTO DA SILVA JÚNIOR		ESTAGIÁRIO (NÍVEL MÉDIO)
KETLLYN KATRINE GOMES DE SOUZA		MENOR APRENDIZ
LUCIANA LOPES DE MEDEIROS TAVARES	SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIAS FC-3	EFETIVO
LUCIANA MENDONÇA REZENDE CARDOSO	ASSISTENTE FC-2	EFETIVO
MARIANA CRISTINA GOMIDES		EFETIVO
THALES RODRIGO BOSCO	ASSISTENTE DE DIRETOR FC-5	EFETIVO

3.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	13
Notebooks	2
Impressoras	3
Multifuncionais	3
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

3.2 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2
Atualização de cálculos	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	9

3.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

4 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, execução encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas às unidades e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR, o art. 49 do PGC e o art. 18, "f" da Consolidação dos Provimentos da CGJT? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		Com exceção dos relativos ao encerramento da execução previdenciária e dos recolhimentos previdenciários, conforme itens 6.2 - 11 e 12.
2	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos similares dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	X		
3	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	X		
4	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos art. 18, "e" da Consolidação dos Provimentos da CGJT? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)		X	
5	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?	X		
6	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do PGC?	X		
7	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, "I" da Consolidação do Provimentos da CGJT?	X		
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X		
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, nos exatos termos do art. 18, "g" da Consolidação do Provimentos da CGJT, com a consequente alteração dos dados cadastrais nos sistemas informatizados?	X		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		X	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	X		
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
17	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução nas Ações de Execução de crédito previdenciário, inclusive os previstos no art. 159 do PGC?	X		
18	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC?	X		Com exceção dos relativos ao encerramento da execução previdenciária e dos recolhimentos previdenciários, conforme item 6.2 - 12 .
19	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional)	X		
20	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
21	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nº 30/2012 e 32/2012?	X		
22	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	-	-	
23	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?		X	
24	Informe o número de servidores com certificação digital e devidamente cadastrados no Pje-JT, quando for o caso.	-	-	10
25	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	X		PORTARIA TRT18 – 3ª VT RIO VERDE Nº 001/2012.
26	A Unidade possui Juiz Auxiliar? Em caso afirmativo, informar a periodicidade de revezamento entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar na pauta de audiências (diário, semanal ou mensal?).	X		SEMANAL
27	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução?			INICIAIS: 02.2015 INSTRUÇÃO: 07.2015
28	A unidade adota ações específicas visando o cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário, instituídas pelo CNJ para o ano de 2014? Em caso afirmativo, cite-as.	X		

5 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN			X
INFOJUD		X	
INFOSEG		X	
INCRA			X
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18		X
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6.2 – Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos e certifica a inexistência de pendências, indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOOrd-0011289-95.2014.5.18.0103, RTOOrd-0011283-88.2014.5.18.0103, RTOOrd-0011319-33.2014.5.18.0103, RTOOrd-0011420-70.2014.5.18.0103 e RTOOrd-0011432-84.2014.5.18.0103).
2	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado PJe-JT os valores decorrentes dos acordos ou das execuções pagas, cumprindo, assim, o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0011289-95.2014.5.18.0103, RTOOrd-0011283-88.2014.5.18.0103, RTOOrd-0011319-33.2014.5.18.0103, RTOOrd-0011420-70.2014.5.18.0103 e RTOOrd-0011432-84.2014.5.18.0103).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO CUMPRE o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que não constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0010554-62.2014.5.18.0103, RTOOrd-0010543-33.2014.5.18.0103, RTOOrd-0010468-91.2014.5.18.0103 e RTOOrd-0010379-68.2014.5.18.0103).
4	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença (processos: RTOOrd-0012517-42.2013.5.18.0103, RTOOrd-0010358-92.2014.5.18.0103 e RTOOrd-0012853-46.2013.5.18.0103).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas de forma correta, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOOrd-0010358-92.2014.5.18.0103 e RTSum 0010340-71.2014.5.18.0103).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nos acordos homologados pela Vara do Trabalho são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOOrd-0010590-41.2013.5.18.0103, RTOOrd-0012070-54.2013.5.18.0103, RTSum-0012359-84.2013.5.18.0103 e RTOOrd-0012213-43.2013.5.18.0103).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT os valores referentes ao pagamento das parcelas do acordo, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010590-41.2013.5.18.0103, RTOOrd-0012070-54.2013.5.18.0103, RTSum-0012359-84.2013.5.18.0103 e RTOOrd-0012213-43.2013.5.18.0103).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT18ª nº 1/2014 (processos: RTOOrd-0011436-24.2014.5.18.0103, RTOOrd-0011397-27.2014.5.18.0103 e RTOOrd-0011380-88.2014.5.18.0103).
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções de verbas trabalhistas foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTOOrd-0011143-88.2013.5.18.0103, RTSum 0011151-65.2013.5.18.0103 e RTSum 0010332-31.2013.5.18.0103).

Item	Constatações
10	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções trabalhistas foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado PJe-JT o movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada (processos: RTOrd-0011143-88.2013.5.18.0103, RTSum 0011151-65.2013.5.18.0103 e RTSum 0010332-31.2013.5.18.0103).
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA no sistema PJe-JT o movimento que indica o encerramento da execução previdenciária, descumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0012213-43.2013.5.18.0103, RTOrd-0010334-64.2014.5.18.0103, RTSum-0012359-84.2013.5.18.0103, RTSum-0011388-02.2013.5.18.0103 e RTOrd-0011280-70.2013.5.18.0103).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA no sistema PJe-JT os valores dos recolhimentos previdenciários, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010334-64.2014.5.18.0103, RTSum-0011388-02.2013.5.18.0103 e RTOrd-0011280-70.2013.5.18.0103).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, descumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0012359-84.2013.5.18.0103 e RTSum-0011388-02.2013.5.18.0103).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza de ofício os convênios BACENJUD e RENAJUD. Constatou-se, ainda, que a unidade leva mais de dois meses, após o início da execução, para iniciar os atos expropriatórios (processos: RTOrd-0010348-82.2013.5.18.0103, RTOrd-0010590-41.2013.5.18.0103 e RTSum-0012359-84.2013.5.18.0103).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após a liquidação da sentença, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOrd-0011075-41.2013.5.18.0103, RTOrd-0011095-32.2013.5.18.0103 e RTOrd-0010986-18.2013.5.18.0103).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o executado, via DEJT, a pagar ou garantir a execução no prazo de 15 dias, sem a aplicação da multa de 10% (processos: RTOrd-0011075-41.2013.5.18.0103, RTSum-0010538-11.2014.5.18.0103, RTOrd-0010348-82.2013.5.18.0103, RTOrd-0010590-41.2013.5.18.0103, RTSum-0012359-84.2013.5.18.0103, RTOrd-0011095-32.2013.5.18.0103 e RTOrd-0010986-18.2013.5.18.0103).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT os movimentos referentes à homologação da liquidação e ao início da execução. No entanto, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA no sistema informatizado PJe-JT o movimento referente ao FIM DA EXECUÇÃO, descumprindo o disposto no Provimento TRT 18º SCR nº 3/2013 e no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011710-22.2013.5.18.0103, RTSum-0011042-51.2013.5.18.0103, RTSum-0010311-21.2014.5.18.0103 e RTOrd-0011358-64.2013.5.18.0103).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais, das sentenças prolatadas ou acordos homologados nos processos em que figuram como partes ou intervenientes idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOrd 0010678-45.2014.5.18.0103, RTOrd 0012848-24.2013.5.18.0103, RTOrd 0012704-50.2013.5.18.0103, RTAlç 0012386-67.2013.5.18.0103, RTOrd 0012174-46.2013.5.18.0103).
19	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, certifica os feriados, indica o rito adotado, o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no art. 128 do PGC (processos: RTSum 0011825-43.2013.5.18.0103, RTOrd 0010129-69.2013.5.18.0103, RTOrd 0011990-90.2013.5.18.0103, RTSum 0012525-19.2013.5.18.0103, RTOrd 0011017-04.2014.5.18.0103, RTSum 0010058-33.2014.5.18.0103, RTSum 0011727-58.2013.5.18.0103, RTOrd 0012278-38.2013.5.18.0103).
20	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no sistema PJe-JT o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum 0011825-43.2013.5.18.0103, RTOrd 0010129-69.2013.5.18.0103, RTOrd 0011990-90.2013.5.18.0103, RTSum 0012525-19.2013.5.18.0103, RTOrd 0011017-04.2014.5.18.0103, RTSum 0010058-33.2014.5.18.0103, RTSum 0011727-58.2013.5.18.0103, RTOrd 0012278-38.2013.5.18.0103).
21	O Juiz analisa, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTSum 0011825-43.2013.5.18.0103, RTOrd 0010129-69.2013.5.18.0103, RTOrd 0011990-90.2013.5.18.0103, RTSum 0012525-19.2013.5.18.0103, RTOrd 0011017-04.2014.5.18.0103, RTSum 0010058-33.2014.5.18.0103, RTSum 0011727-58.2013.5.18.0103, RTOrd 0012278-38.2013.5.18.0103).
22	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum 0011825-43.2013.5.18.0103, RTOrd 0010129-69.2013.5.18.0103, RTSum 0011727-58.2013.5.18.0103 e RTOrd 0012278-38.2013.5.18.0103).
23	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 07/01/2014 e 30/09/2014, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início de audiências é de 17 minutos e (2º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências, 23 (vinte e três) processos.
24	Analisadas as pautas de audiências da Vara do Trabalho, em 30/10/2014, constatou-se que as audiências de INSTRUÇÃO estão sendo marcadas para, no máximo, o dia 16/12/2015 e as audiências INICIAIS estão sendo marcadas para, no máximo, o dia 04/03/2015.
25	Analisadas as pautas de audiências da Vara do Trabalho, em 30/10/2014, constatou-se que NÃO foram designadas audiências para os dias 07 a 09 de janeiro de 2015.
26	Analisados em 10/11/2014, por amostragem, os processos a seguir relacionados, constatou-se que o prazo médio para elaboração de despachos é de 2 (dois) dias, de acordo com o previsto no artigo 189, inciso I do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Constatou-se, também, que o prazo médio para cumprimento de despachos e diligências pela Secretaria da Vara é de 02 (dois) dias, de acordo com o previsto no artigo 190, inciso II do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho (processos: RTSum 0012525-19.2013.5.18.0103, RTOrd 0011017-04.2014.5.18.0103, RTSum 0010058-33.2014.5.18.0103, RTOrd-0011075-41.2013.5.18.0103, RTSum-0010538-11.2014.5.18.0103, RTOrd-0012213-43.2013.5.18.0103, RTOrd-0011280-70.2013.5.18.0103).